



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS
ASSESSORIA INTERNACIONAL

INTERVENÇÃO DE SUA EXCELÊNCIA, A SENHORA
MINISTRA DE ESTADO CHEFE DA SECRETARIA DE
DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA,

MARIA DO ROSÁRIO NUNES

Apresentação do Relatório Nacional do Brasil ao
Mecanismo de Revisão Periódica Universal das Nações
Unidas

Genebra, Suíça
25 de maio de 2012

Senhora Presidenta do Conselho de Direitos Humanos,

Senhores membros da Troika,

Senhoras e Senhores Embaixadores,

Senhoras e Senhores Representantes da Sociedade Civil,

É com grande satisfação que venho hoje a este Conselho apresentar, em nome do Governo da Presidenta Dilma Rousseff, o segundo relatório nacional brasileiro ao Mecanismo de Revisão Periódica Universal das Nações Unidas.

O Brasil deposita inabalável confiança no Sistema Universal de Direitos Humanos. Consideramos que o RPU mostra-se um exercício construtivo, em que todos os Estados membros das Nações Unidas, voluntariamente, apresentam suas realidades e seus desafios perante seus pares. É a sua universalidade que promove a superação da seletividade muitas vezes presente no exame da situação dos direitos humanos no mundo. O RPU permite que nossos desafios para a realização plena dos direitos humanos sejam tratados de forma objetiva, transparente, construtiva, não-confrontacional, não-politizada e como grande oportunidade para a cooperação internacional.

Ao reconhecermos nossas dificuldades e apresentarmos nossos esforços e vitórias, o Governo brasileiro nutre a expectativa de que este Segundo Ciclo de Revisão preserve o espírito de engajamento construtivo e possa inspirar a cooperação entre os países e o sistema ONU.

Senhoras e Senhores,

A proteção e a promoção dos direitos humanos, consagrados em nossa Constituição Federal, constituem fundamentos do Estado brasileiro. Os direitos humanos são cláusula

pétreia de nossa Carta Magna, o que significa que não há qualquer possibilidade de reforma legislativa que possa acarretar sua supressão do arcabouço legal interno.

No mais recente período de nossa história, o Brasil escolheu a democracia e os direitos humanos como caminho inabalável. Como Estado republicano, o Brasil pode festejar vitórias logradas nos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Este engajamento do Estado brasileiro está hoje refletido na composição de nossa delegação, estando aqui presentes:

Do poder executivo:

1. O Ministério das Relações Exteriores;
2. A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, por mim chefiada;
3. A Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, da Presidência da República;
4. A Secretaria-Geral da Presidência da República;
5. O Ministério da Justiça, aqui representado por sua Secretaria Nacional de Segurança Pública e pelo Departamento Penitenciário Nacional;
6. A Fundação Nacional do Índio;
7. O Ministério do Meio Ambiente;
8. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;
9. O Ministério da Educação;
10. O Ministério de Minas e Energia;
11. A Advocacia-Geral da União;
12. A Defensoria Pública da União;

E ainda, as importantes representações de:

13. A Câmara dos Deputados;
14. O Conselho Nacional de Justiça;
15. O Supremo Tribunal Federal;

Agradecemos, destacadamente, a participação do Ministério das Relações Exteriores, particularmente o apoio que nos têm sido oferecido pela Missão do Brasil em Genebra, aqui representada pela Embaixadora Maria Nazareth Farani Azevedo.

Senhoras e Senhores,

A consolidação de nossa democracia tem sido acompanhada por um fortalecimento, não apenas de nosso Estado de Direito, mas também pela concretização de práticas participativas e de controle social. Destacamos aqui nossa trajetória de construção compartilhada de políticas públicas, com a participação da sociedade civil, por meio de Conferências Nacionais, Conselhos de Direitos, e outros órgãos colegiados que tanto orgulham nossa democracia.

A consolidação da democracia brasileira alia direitos civis e políticos a direitos econômicos, sociais e culturais, em um processo de inclusão social que garante a indivisibilidade dos direitos humanos.

Representamos um país que possui um projeto de desenvolvimento nacional, no qual se integram o crescimento econômico e o aprofundamento da inclusão social e dos direitos humanos. O Brasil já atendeu ao compromisso assumido de realizar, antes de 2015, a quase totalidade dos objetivos de desenvolvimento do milênio, integrando ao seu cumprimento a perspectiva dos direitos humanos. Com variadas políticas de inclusão social e distribuição de renda, mais de 28 milhões de brasileiros e brasileiras saíram da pobreza nos últimos anos. Com isso, a desigualdade de renda também diminuiu.

Intensificando esse esforço, a Presidenta Dilma Rousseff lidera o Plano Brasil sem Miséria. O Plano busca erradicar a pobreza extrema até 2014, resgatando desta condição 16 milhões de pessoas, em sua maioria mulheres e crianças,. No centro deste Plano está o Programa Bolsa Família, que inspira inúmeros outros países e variadas iniciativas de cooperação sul-sul.

A fim de chegar à população mais pobre que se encontra fora da rede de promoção e proteção social, o Brasil adotou a estratégia inovadora de “Busca Ativa”, que visa identificar e incluir essa população vulnerável em políticas públicas nas áreas de

educação, saúde, renda e moradia. O Estado reconhece o dever de assegurar-lhe estes direitos.

Nessa busca por um Brasil sem Miséria,

A inclusão desses milhões de brasileiros e o fortalecimento das redes de proteção social, assim como a expansão das oportunidades de emprego e de renda, são pilares do modelo de desenvolvimento brasileiro atual. Apesar dos impactos inevitáveis da crise econômica e financeira mundial, o Brasil vive praticamente um momento de pleno emprego. Desde o início do governo da Presidenta Dilma, em janeiro de 2011, foram criados dois milhões e quatrocentos mil empregos formais.

Ainda no plano do direito ao trabalho decente, o Brasil tem uma importante trajetória no combate ao trabalho em condições análogas à escravidão. Mais um passo decisivo foi dado, nesta semana: a Câmara dos Deputados aprovou proposta de Emenda à Constituição brasileira que fortalece as metas assumidas pelo país, em 2008, por ocasião da adoção do Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo.

O Direito Humano à Alimentação, desde 2010, tem status Constitucional. O Brasil criou uma política transversal que assegura alimentos a grupos vulneráveis e amplia, de forma permanente, a capacidade produtiva, apoiando a agricultura familiar.

No que se refere ao direito à moradia adequada, duas estratégias estão em curso: a urbanização dos assentamentos precários e a oferta de subsídios para a aquisição de novas moradias pela população de baixa renda. O Programa denominado Minha Casa, Minha Vida investe cerca de 63 bilhões de dólares para a aquisição de moradia adequada para 2 milhões de famílias.

Senhoras e senhores,

O Brasil tem adotado medidas firmes para assegurar o respeito à diversidade e desconstruir estigmas e preconceitos. São parte integrante dessa dimensão política a luta pela equidade de gênero, a defesa dos direitos LGBT, a eliminação do racismo, o respeito à liberdade religiosa, a proteção dos defensores dos direitos humanos, a preservação da identidade cultural e das terras dos povos indígenas e de comunidades quilombolas, o acesso à justiça, a dignidade das pessoas privadas de liberdade, os direitos dos migrantes e dos ciganos, e a proteção das nossas crianças, idosos e pessoas com deficiência.

Tenho o orgulho de representar um país governado, pela primeira vez em sua história, por uma mulher. Também celebramos o maior número de mulheres ocupando cargos ministeriais e cargos-chave nos demais poderes. Temos a clareza de que a equidade de gênero e o enfrentamento à violência contra a mulher são desafios permanentes. Para isso o país conta com um Ministério de Políticas para as Mulheres e com uma legislação construída com os movimentos de mulheres: a Lei Maria da Penha.

Senhoras e Senhores,

O Brasil celebra um conjunto de importantes conquistas. Em 16 de maio, a Presidenta Dilma Rousseff instalou a Comissão da Verdade. A Comissão desempenhará papel fundamental para a proteção do Direito à Verdade e à Memória e para o resgate da dívida histórica de nosso Estado para com a sociedade brasileira.

No mesmo dia, entrou em vigor a Lei de Acesso à Informação, essencial para dar completa transparência às ações do Estado. Com a entrada em vigor desta nova lei, o sigilo passou a ser a exceção no Estado brasileiro. Não se admite qualquer grau de confidencialidade a documentos que se refiram a violações de direitos humanos.

Nossa Suprema Corte proferiu decisões que foram celebradas por todos nós que defendemos os direitos humanos, no Brasil e no mundo. A decisão sobre as terras dos índios Pataxó Hã-Hã-Hãe permite que aquele povo recupere sua terra tradicional, encerrando décadas de luta, sofrimento e conflitos agrários.

Deve-se mencionar também a decisão proferida quanto às cotas para afrodescentes nas universidades públicas. Trata-se de um passo importante para o resgate da dívida histórica para com nossa população afrodescendente.

O Poder Legislativo tem sido nossa aliado na construção de um Brasil melhor na área de direitos humanos. Trabalhamos, em conjunto com o Congresso Nacional, para a aprovação do projeto de lei que institui o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e para a criação de uma instituição nacional de direitos humanos, nos termos da normativa internacional.

Senhoras e Senhores,

Venho de um país onde durante séculos o desenvolvimento pareceu conviver com padrões inaceitáveis de violações de direitos e garantias fundamentais. Hoje, este país logrou inverter os termos desta equação. Dispomos de mecanismos institucionais que garantem que o processo de desenvolvimento em curso não representará retrocessos para a proteção dos direitos humanos. Ao contrário, os avanços recentes do Brasil mostram que os direitos humanos e o desenvolvimento são complementares e se reforçam mutuamente. O Brasil é um país que cresce, inclui e protege, com respeito aos direitos humanos.

Durante as próximas horas espero ter um diálogo franco em que possamos reconhecer nossos desafios e nossos avanços, com o olhar voltado para o futuro. Espero responder às perguntas e dúvidas das demais delegações, para o que contarei com o apoio de meus colegas de delegação.

